

**Mobilidade no espaço intraurbano da Região Metropolitana de Belo Horizonte:  
dissociações dos espaços de moradia e de trabalho sob a perspectiva da migração de  
última etapa e da mobilidade pendular**

Gabriela Lima Diniz<sup>1</sup>

Programa de Pós-graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial PUC Minas  
gabriela.lima.diniz@gmail.com

**RESUMO:**

Conceito emergente nos últimos anos muito citado nas pesquisas acadêmicas, a mobilidade apresenta-se como um tema íntimo para Geógrafos e Geógrafas. Os fluxos migratórios, e os deslocamentos diários de pessoas que trabalham e/ou estudam em municípios diferentes dos municípios onde residem motivam a discussão deste texto. Tendo em vista a importância deste tema para o entendimento das dinâmicas intrametropolitanas, a pesquisa tem por objetivo analisar os deslocamentos pendulares, por motivo de trabalho, da população migrante, que reside e trabalha na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) tendo como base os dados do censo de 2010. Assim possibilita-se a análise dos municípios mais representativos na relação de expulsão e atração de trabalhadores da RMBH.

Palavras-chave: Mobilidade. Migração. Metr pole.

GT-5: Mobilidade, migração e espaço urbano.

---

<sup>1</sup> Orientadora Dra. Ana Márcia Moreira Alvim

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2014 a Organização das Nações Unidas, partindo de uma definição demográfica, declarou que só agora no século XXI o mundo se transformou em um espaço predominantemente urbano, atingindo o montante de 54% de pessoas residindo nas cidades (ONU, 2014). O mundo mais urbanizado significa um mundo com maior densidade material e demográfica representadas pelas aglomerações comumente visualizadas nas paisagens metropolitanas. A urbanização como um processo complexo de aglomeração material e populacional, gera fluxos de caráter econômico e populacional, mais intensos especialmente em regiões metropolitanas, como ocorre na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Região composta por 34 municípios, sendo Belo Horizonte a capital. Nela os fluxos populacionais (migratórios e pendulares) intermunicipais revelam processos como o da mobilidade residencial, mudança de residência da população dados por processos de aumento do preço do solo urbano ou em função do mercado de trabalho, o que contribuir para o aumento da mobilidade pendular, ou seja, dos fluxos interurbanos que pressupõem a saída e retorno diário do indivíduo de seu lugar de moradia para o lugar de trabalho e/ou estudo. (DINIZ, 2017; MENDONÇA, 2002, MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005). Ademais estes deslocamentos expressam a dissociação entre espaço de trabalho e moradia nas regiões metropolitanas, dado por processos de segregação socioespacial.

Este artigo<sup>2</sup> trata dos deslocamentos que ocorreram espaço intraurbano da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) entre 2000 e 2010 sob a perspectiva de duas tipologias de mobilidade: a residencial, medida pela migração intrametropolitana, e a pendular (por motivo de trabalho) conjuntamente. Tais itinerários metropolitanos são resultantes de processos antagônicos são o que Ribeiro (2005) chama de duplo isolamento, caracterizado pela marcante dualidade de fenômenos que ocorrem nas cidades atuais, o afastamento territorial (processo de periferização das classes sociais), e a construção de “enclaves territoriais” (condomínios fechados) (RIBEIRO, 2005, p.50). Como objetivo específico, neste trabalho buscou-se tratar a mobilidade pendular para Belo Horizonte, por motivo de trabalho, da população residente na RMBH, em 2010, associando-se à mobilidade residencial da população

---

<sup>2</sup> Este artigo tem como referência a dissertação “Movimentos migratórios e pendulares por motivo de trabalho, da população residente nos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, a partir dos dados do censo demográfico de 2010” defendido pela autora em agosto de 2017.

que migrou de Belo Horizonte para outros municípios da RMBH há menos de dez anos da coleta dos dados. Sendo assim pretende-se um retrato da mobilidade dos cidadãos metropolitanos.

## 2 DA SEGREGAÇÃO SÓCIOESPACIAL À (I) MOBILIDADE

Em grande medida com o processo de urbanização brasileira e a aceleração do crescimento populacional, a partir do século XX, muitas mudanças ocorreram no território brasileiro, sobretudo o crescimento do setor industrial, que de forma desigual se distribuiu nas proximidades das grandes cidades, promovendo a expansão das fronteiras urbanas e tendo como consequência o processo de conurbação. Uma vez que os processos presentes no espaço urbano brasileiro também são identificados nas Regiões Metropolitanas, faz-se necessário o estudo dos fenômenos intrametropolitanos, dentre eles a mobilidade pendular. Mobilidade que se apresenta como um fenômeno que evidencia as relações cotidianas dos indivíduos metropolitanos com os espaços de moradia, estudo e trabalho.

A mobilidade pendular expressa a dissociação entre espaço de trabalho e moradia nas regiões metropolitanas, devido a processos de segregação socioespacial. A mobilidade pendular diz respeito aos fluxos interurbanos ou intermetropolitanos que implicam na saída e retorno diário do lugar de moradia para o lugar de trabalho e/ou estudo. Difere-se, portanto, da mobilidade residencial, que pressupõe a mudança de residência da população por processos de aumento do preço do solo urbano e das migrações de longa distância que estão intrinsecamente relacionados às mudanças mais intensas do mercado de trabalho (DINIZ, 2017, MENDONÇA, 2002, MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005).

Esta movimentação se dá por meio de uma relação assimétrica. Enquanto os núcleos urbanos tendem a expulsar a população com características inferiores de renda e instrução para as áreas mais periféricas, há uma tendência da população mais bem qualificada, e com melhores condições de renda, a fazer o movimento oposto apenas para trabalhar. Com isto, as funções de moradia e de trabalho seguem padrões espaciais distintos em relação a grupos sociais diferentes.

Em contrapartida, Cunha (2012) não considera a pendularidade como um tipo de deslocamento demográfico, pois para o autor a pendularidade não é demográfica por não atribuir mudanças sociais (característica da população) e populacionais (volume) em um determinado território. Neste sentido a pendularidade não mobiliza as estruturas preexistentes nos territórios, embora dependa fundamentalmente destas estruturas para ocorrer. Parte-se da hipótese que, para

se deslocar por meio da pendularidade, é quase certo, no contexto intrametropolitano, o indivíduo já tenha participado de um deslocamento do tipo residencial no passado, mantendo vínculos com o território onde trabalha, sendo esta dinâmica fruto da segregação socioespacial.

Assim, pode-se dizer que as funções de moradia e de trabalho são deslocadas conforme o grupo a ser analisado. De acordo com Lobo e outros (2015), os fluxos de mobilidade pendular seguem duas tendências: o fluxo periferia-centro-periferia, qualificado como pendularidade tradicional, e o fluxo centro-periferia-centro, qualificado como pendularidade reversa.

Outro tema importante da definição de mobilidade pendular nas regiões metropolitanas diz respeito à formação de “cidades-dormitório”. Entende-se pelo termo cidade-dormitório aquelas cidades que passam por intensos processos sociais e demográficos, sobretudo em relação à migração para moradia e os deslocamentos cotidianos, por motivo de estudo e/ou trabalho, ou seja, os pendulares. São aquelas que se consolidam pelo crescimento demográfico através da migração e sua população caracteriza-se por não residir no mesmo local de trabalho e/ou estudo.

Também faz parte do arsenal teórico sobre cidades-dormitórios os estudos sobre regiões metropolitanas. Na literatura brasileira, sobretudo das décadas de 70 e 80, o termo cidade-dormitório foi empregado nas pesquisas de natureza dualista. Argumenta-se por esta ótica que as redes urbanas, no Brasil, são produtoras de assimetrias espaciais, as quais resultam na organização territorial do tipo centro-periferia.

Ojima e outros (2011) contribuíram para a explanação do conceito. Expuseram que termos similares à cidade-dormitório foram utilizados na literatura internacional com uma diversidade de sentidos. Encontraram-se os termos *dormitory town* e *bedroom city*, ou seja, cidade onde se dorme, com a finalidade de expressar o sentido primário do termo. Ao contrário do que se conceitua no debate nacional, estes termos não designam “a cidade onde se exerce as atividades laborais ou de estudo, ou mesmo lazer”. No entanto, oposto ao que foi cercada pela literatura brasileira das décadas anteriores, a literatura internacional indica o fenômeno de morar em cidades diferentes do local de trabalho relacionado à suburbanização como um todo.

Ainda de acordo com Ojima e outros (2011), pelo léxico norte-americano, subúrbios são sinônimo de áreas residenciais de alta renda, de população predominantemente branca, onde se dispõe de melhores condições ambientais. Seriam também próximo ao que se entende por *satellite cities*, cidades que se encontram no entorno do polo econômico. E por último os subúrbios designariam áreas, que fazem parte da contiguidade urbana, não necessariamente municípios, mas que dependem do polo urbano, de modo que o polo seria um receptáculo da

mão de obra dos subúrbios, a constituir uma relação de interdependência.

Dessa forma, entende-se que as cidades-dormitório são frutos dos processos de conurbação e periurbanização. Também são cidades economicamente dependentes, com baixo dinamismo econômico, onde se encontram altos índices de insalubridade, violência urbana e problemas no trânsito. Por este pensamento as cidades-dormitório também se caracterizam por não cumprirem a função de cidadania e direitos humanos, já que nelas os seus moradores não exercem a atividade de trabalho, portanto não se sentindo comunicados a elas. Através dessa perspectiva entendem-se estes municípios por assentamentos precários onde ocorre uma relação parasitária com o núcleo urbano. Ainda conforme essa definição, estas cidades resultam da especulação imobiliária nos centros metropolitanos. Por outro lado, debate acerca do conceito demonstra que todo este arsenal semântico negativo contribui para a reprodução de estigmas territoriais sob a forma de segregação.

Recentemente, os estudos empíricos vêm mostrando que este cenário mudou e muitos trabalhos expõem que não só da população caracterizada pela baixa renda e baixo nível de instrução compõem-se estas cidades-dormitórios, mas que, parte da população de renda média e renda média alta vêm se deslocando rumo às periferias urbanas em busca de maior qualidade de vida (OJIMA, SILVA, PEREIRA, 2007).

Ojima e outros (2011) ainda observam que:

A ideia de um lugar exclusivamente residencial já é aceitável socialmente, e se ainda persiste o estigma é justamente porque seu principal componente não é o de pendular ou de morar longe, mas é justamente a pobreza e o ser migrante que estão fazendo permanecer o estigma. Utilizar tal ideia, portanto, é uma forma de retificar uma iniquidade social que alija as pessoas de sua condição humana e social, retirando até de seus lugares a dignidade e o respeito. [...] O que temos hoje, portanto, é uma espécie de ajustamento histórico do caso brasileiro a um contexto mais amplo do processo de suburbanização. Todos os extratos sociais, hoje, aprenderam a lidar com a distância e com a possibilidade de fugir da cidade. As cidades não desejam, necessariamente, ter um, dois ou três milhões de habitantes. Várias cidades procuram controlar seu uso do solo, evitando um crescimento populacional muito acentuado (OJIMA et al., 2011, 409).

Tendo em vista a colocação de Ojima e outros (2011), pode-se afirmar que a literatura brasileira sobre cidade-dormitório tende a aproximar este conceito à ideia de subúrbio. No entanto, compreende-se por subúrbio uma área envolvida fora do centro, podendo ser caracterizado por duas óticas distintas. Nos países subdesenvolvidos caracteriza-se, na maioria das vezes, por periferia ou aglomerados populacionais, carentes de serviços, nos quais o valor da

terra é baixo e o transporte é precário, sendo, por isso, seu valor de compra ou de aluguel acessível às classes menos favorecidas. E nos países desenvolvidos, geralmente, caracterizado por área de expansão espacial das cidades e resultante da formação de uma classe média de renda alta, que busca localização residencial na qual desfrute de um espaço confortável e ambientes saudáveis, relativamente próximos do centro urbano. Conceito que demonstra uma relação com o urbanismo do século XIX, quando a concentração industrial aparecia como via de regra no processo de urbanização.

Em vista disso, pode-se afirmar que embora a concentração industrial explique a formação de cidades-dormitório, e também o fenômeno da pendularidade, ela não é uma exclusividade do processo. Isso significa que a formação de cidades-dormitório e a presença de deslocamentos pendulares não têm uma relação normativa com a concentração industrial como uma prerrogativa para a atração da população transitória. Neste caso, acrescenta-se que as atividades de comércio e serviço também conduzem ao movimento pendular.

No entanto, mesmo em vista de um número considerável de estudos que remetem aos deslocamentos pendulares, aprecia-se também os clássicos da migração, os quais podem ser adaptados para a compreensão deste deslocamento em questão. Zelinsky (1971) em sua teoria apresentada no texto *The hipotesis of the mobility transition*, , discorre sobre a transição da mobilidade, e demonstra como após o estágio de modernização as trocas populacionais entre as nações diminuíram com o tempo e em decorrência dos avanços tecnológicos e do crescimento das cidades. Além dos deslocamentos territoriais, entraram ainda em cena outras formas de mobilidade com frequências e ritmos variados, a incluir a circulação<sup>3</sup>.

Embora a maioria dos autores desenvolvam suas pesquisas, sob a perspectiva das migrações, acredita-se que suas contribuições, em outra escala, possam auxiliar a compreender a pendularidade. Há de se considerar que as colocações de Ravenstein (1885)<sup>4</sup>, Lee (1969)<sup>5</sup> e

---

<sup>3</sup> Circulação compreendida como deslocamentos internos, transitórios em escalas menores, como o interior de uma cidade, bairro, relacionadas às sociedades mais desenvolvidas.

<sup>4</sup> Foi no século XIX, através da publicação de Ravenstein (1885) intitulada *The Laws of Migration*, que a Geografia voltou-se para a questão da mobilidade geográfica. Embora não tenha sido o único a tratar do tema, Ravenstein inovou ao analisar parâmetros de seletividade do migrante no ato de migrar, os quais postulou como “leis”. Neste contexto, os estudos quantitativos se mostraram eficientes não só para a mensuração de ganhos e perdas populacionais, das distâncias de origem e destino dos migrantes, mas também por meio de mecanismos primários de recenseamento disponíveis. Na época, passou-se a analisar as motivações das pessoas ao migrar.

<sup>5</sup> Conforme Lee (1969), a migração independe da distância e da voluntariedade ou não do ato de migrar. Esta pode ser tanto interna como externa, embora suas consequências mudem de acordo com a natureza da migração. Ainda segundo o autor, nem todos os movimentos populacionais são considerados migrações. A exemplo desta afirmação encontram-se os movimentos dos nômades, os deslocamentos de trabalhadores temporários e os deslocamentos dos

Todaro (1969)<sup>6</sup> fornecem elementos para o debate sobre os movimentos pendulares, pois o fluxo de pessoas que se deslocam diariamente por motivo de trabalho é diferenciado por aspectos universais (sexo, renda, idade, cor), bem como podem ser direcionados pelas características de atração e repulsão dos locais de origem e destino.

Dado o exposto, a mobilidade e a circulação fazem parte da vida cotidiana dos cidadãos. Retomar os conceitos e estudos clássicos sobre mobilidade faz-se importante para analisar as transformações atuais no âmbito da RBMH, área de estudo desta pesquisa. Tendo em vista que a mobilidade residencial intrametropolitana é um fenômeno que não apenas interfere no crescimento e na forma das grandes aglomerações urbanas do país, mas também em muitos sentidos, a redistribuição da população no espaço metropolitano é fato. Portanto, a migração, assim como colocado por Cunha (2012), ainda que consista em mudança de residência, não necessariamente resulta em mudanças de espaço de vida. Por conseguinte, a mobilidade pendular “seria uma das faces mais visíveis deste processo: muda-se de lugar, mas não se perde o vínculo preexistente com o território” (CUNHA, 2012).

## 2.2. Os deslocamentos em contextos de segregação: foco na RMBH

A produção de periferias urbanas ainda é uma realidade nas cidades brasileiras, no entanto, as periferias têm mudado de forma e de lugar, e os processos que influem na formação destas estão cada vez mais relacionados ao que Rolnik (2015) chama de colonização da terra urbana, ou seja, a reserva de áreas com o intuito da valorização do solo urbano, e também, em grande medida a reserva destas áreas para a atuação de empreendimentos imobiliários voltados determinados segmentos da população, condomínios, direcionados à população com altos rendimentos, ou conjuntos habitacionais, para classes médias e baixa. Estes processos crescentes

---

indivíduos no período de férias (LEE, 1969). Lee (1969) reformulou as leis da migração de Ravenstein dando ênfase não só no fluxo migratório, mas também no seu refluxo. Apontou de forma geral alguns aspectos demográficos considerando os fatores de atração e expulsão (*push-pull*), fatores pelos quais separou entre fatores intervenientes, sendo estes sociais, administrativos, os diferenciais de renda a empregabilidade, e os fatores pessoais, relacionados ao ciclo vital, como o matrimônio, a idade economicamente ativa, a família, entre outros.

<sup>6</sup>Todaro (1969) contribuiu no debate sobre as migrações ao formular um modelo que demonstra matematicamente que o fluxo migratório, através da taxa de migração campo-cidade, tende a aumentar nos países de industrialização tardia em decorrência da diferenciação de renda real entre campo e cidade. Neste contexto a cidade se torna cada vez mais atrativa na medida em que sua capacidade produtiva industrial aumenta. Também segundo Todaro (1969), há um direcionamento do dinheiro público para a construção de habitações de baixo custo, simultaneamente a este processo há uma negligência em relação ao campo, onde a renda continua baixa, pela falta de incentivo econômico por parte da gestão pública.

de especulação imobiliária também vêm gerando assimetrias no espaço urbano através da dissociação do espaço de moradia e do espaço de trabalho e geram deslocamentos intrametropolitanos pelas necessidades de trabalhar e de morar.

Alguns estudiosos fazem referência às mobilidades que ocorrem no âmbito intrametropolitano sob a perspectiva da segregação socioespacial por motivos de moradia e de trabalho, são exemplos Mendonça (2002); Moura, Castello Branco e Firkowski (2008); Canetti (2015) e Lobo e outros (2015).

Mendonça (2002) propõe que a segregação socioespacial é um produto do aumento do preço do solo urbano e pode ser analisada a partir da mobilidade residencial dada num contexto intrametropolitano. A mobilidade residencial na RMBH averiguada por Mendonça a partir dos Censos 1980 e 1991 (2002), reforça que o fluxo é mais intenso no sentido centro-periferia.

Moura, Castello Branco e Firkowski (2008) relacionam os movimentos pendulares às novas formas de urbanização, em que houve um avanço nos processos de aglomerações urbanas. Para tanto, as autoras partem da hipótese de que a mensuração dos deslocamentos domicílio-trabalho/estudo pode contribuir na “apreensão de novas dimensões do processo de reestruturação do espaço intrametropolitano, sendo um instrumento para “revelar o alcance de novas formas espaciais urbanas cada vez menos definidas” [...]”. (MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, p.121)

Canetti (2015) verificou que na RMBH a população pobre é expulsa das cidades que moravam para periferias cada vez mais distantes. A partir da análise dos microdados dos Censos de 2000 e 2010 o autor ratifica a proposição feita por Santos (1978) de que a periferia metropolitana tende a se organizar contiguamente em relação à mancha urbana no ano de 2000, porém no ano de 2010, Canetti (2015) constatou que conformação da periferia metropolitana da RMBH alterou-se se mostrando que a tendência da RM é “a formação de uma estrutura socioespacial mais complexa, fragmentada e dispersa, fractalizada no território” (CANETTI, 2015, p. 35)

Lobo e outros (2015) qualificaram os fluxos dos pendulares na RMBH por motivo de trabalho e estudo em 2000 e 2010 de acordo com duas tipologias, o fluxo periferia-centro-periferia, qualificado como pendularidade tradicional, e o fluxo centro-periferia-centro, qualificado como pendularidade reversa, e observaram que enquanto a primeira tipologia é mais intensa (periferia-centro-periferia), a segunda (centro-periferia-centro) segue de forma mais branda. Para os autores esta dinâmica é ressonante da descentralização residencial verificada em



Belo Horizonte desde a década de 70.

Desde a década de 1970, como Rigotti (1999), Rodrigues e Rigotti (1994), e Matos (1995a), entre outros, têm demonstrado, tem havido uma desaceleração perceptível da taxa de crescimento em Belo Horizonte. A partir de então, os municípios na periferia da RMBH tem experimentado aumentos de população muito mais significativos do que a capital. Os municípios periféricos testemunharam taxas de crescimento populacional anual de 6,84%, 5,01%, e 4,40% nos períodos de 1970/1980, 1980/1991 e 1991/2000, respectivamente. Nesses mesmos períodos, o município de Belo Horizonte teve taxas de crescimento anual de 3,73%, 1,15% e 1,10%, respectivamente. (LOBO et al, 2015, p.224, tradução nossa)<sup>7</sup>

Estes estudos evidenciam, por tanto, a força do setor imobiliário no caso da RMBH. Pode-se considerar como componente da dinâmica urbana (por sua vez produtora de paisagens conurbadas) o processo de espraiamento, ou seja, a urbanização periférica onde a população passou a habitar as áreas limítrofes dos núcleos urbanos acarretando na expansão da mancha urbana para áreas suburbanas. Este fenômeno espacial até a década de 80 estava associado à capacidade de expulsão do núcleo para fins de moradia em relação aos grupos subalternos, com menor renda, e ocupações menos qualificadas, por tanto produtores de habitações autoconstruídas, desprovidas de infraestrutura urbana representada pelas nossas favelas.

Em oposição, mais recentemente, a partir da década de 80, a literatura tem mostrado que o mesmo processo espacial (espraiamento) se desdobrou se transvestiu em consequência dos novos hábitos de consumo, em que a população com maior renda e com níveis de qualificação mais alto, passaram a habitar regiões periféricas, as quais são transitórias para áreas rurais. Esta nova forma de morar foi difundida através duas chaves discursivas, uma mais romântica ligada à proximidade da natureza com a finalidade de ter contato com paisagens menos antropizadas e a segunda chave a idealização de ambientes mais seguros, com maiores amenidades e, sobretudo produtor de uma homogeneidade social baseadas em padrões socioeconômicos de alto status.

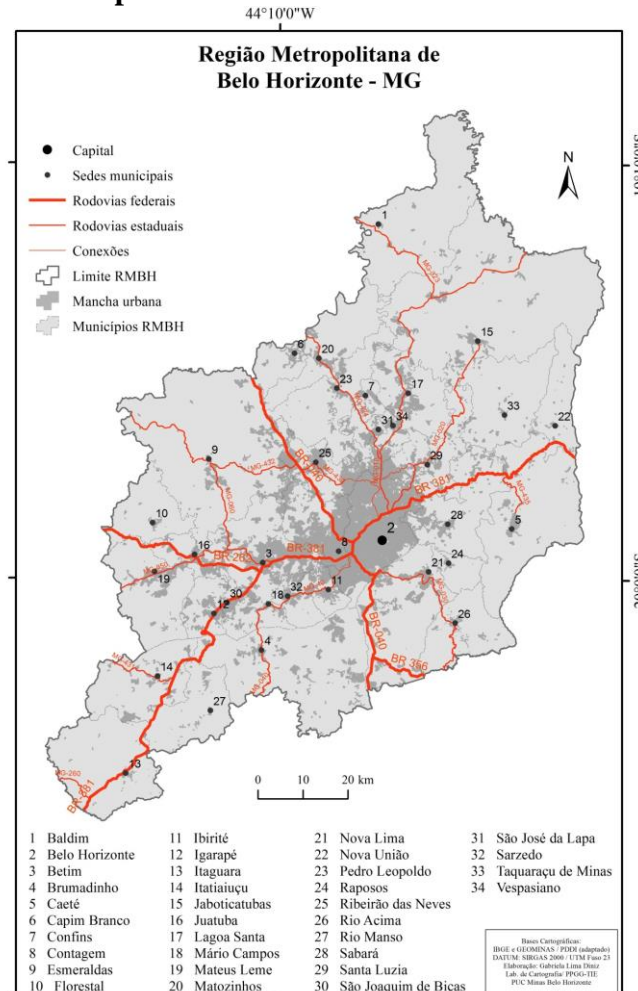
Porém morar não representa a totalidade da vida cotidiana dos cidadãos metropolitanos, outro aspecto que gera dinamismo e trocas populacionais no âmbito metropolitano é o trabalho. Neste sentido a autonomia dos municípios, geração de renda, a disponibilidade de equipamentos públicos, a distribuição de atividades econômicas, e o preço do solo urbano, também são

---

<sup>7</sup> Since the 1970s, as Rigotti (1999), Rigotti and Rodrigues (1994), and Matos (1995a), among others, have demonstrated, there has been a noticeable deceleration in Belo Horizonte's growth rate. From then on, the municipalities on the MRBH's periphery experienced much more significant population increases than the capital city itself. The peripheral municipalities witnessed annual population growth rates of 6.84%, 5.01%, and 4.40% in the periods of 1970/1980, 1980/1991, and 1991/2000, respectively. In these same periods, the municipality of Belo Horizonte had annual growth rates of 3.73%, 1.15% and 1.10%, respectively.

definidores da fixação ou da flutuação populacional entre os municípios metropolitanos.

**Mapa 1- Mancha Urbana da RMBH**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), Bases Cartográficas. Organizado e elaborado pela autora

O mapa acima (Mapa 1) traça os limites da região metropolitana com os municípios que a compõe, 34 ao total, neste mapa também é possível visualizar a mancha urbana da região que aparenta concentrada no entorno da capital, Belo Horizonte, e, na medida que se afasta, sobretudo em direção ao oeste é possível perceber fragmentos ( de mancha urbana) que em geral demonstra-se espreada ao longo seguindo os contornos rodoviários. Mesmo se tratando de uma metrópole aí representada com a rigidez de sua fronteira, convém dizer, que nesta escala intrametropolitana, há uma integração dos elementos territoriais dispostos neste recorte. Porém cabe-nos indagar se esta integração se constitui em termos dos fluxos populacionais.

## **2. METODOLOGIA**

Para a elaboração deste trabalho foi utilizada a base de dados que reúnem informações do universo da amostra do Censo Demográfico de 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o uso do software SPSS 22.0.

No questionário da amostra as informações referentes à mobilidade pendular e mobilidade residencial foram extraídas conforme a seleção de itens organizados nas seções “identificação do domicílio”, “características do morador”, “migração interna e emigração internacional” e “deslocamento para o trabalho”.

Da seção identificação do domicílio foram extraídas as variáveis UF (unidade da federação) e município. Para tanto foram selecionadas as informações contidas na RMBH. Da seção características do morador foi separada a população de 10 anos ou mais que combinadas com as variáveis de ocupação expressam a população classificadas de acordo com o IBGE como população economicamente ativa (PEA). Da seção migração interna e imigração internacional foi eleita a variável “lugar de residência anterior” que indica o último lugar de moradia anterior do indivíduo, sem interrupções há menos de 10 anos, desta forma ter-se-ia um retrato dos deslocamentos residenciais intrametropolitanos. E por último, da seção “deslocamento para o trabalho” foi escolhida a variável de local de trabalho anunciada na pergunta “em que município e unidade da federação ou país estrangeiro trabalha?”. A partir desta pergunta foram selecionados os indivíduos que responderam “em outro município”. E para caracterizar o movimento pendular foi agrupado as informações apenas daqueles indivíduos que responderam “sim” a pergunta “retorna do trabalho para casa diariamente?”.

Desta maneira, através dos microdados da amostra, consegue-se agrupar as informações da população dos 34 municípios constituintes da RMBH que residiram em Belo Horizonte há menos de 10 anos que trabalhavam em Belo Horizonte em 2010 e retornavam diariamente para o seu local de residência. O tratamento dos microdados possibilitaram o mapeamento, destes fluxos e a visualização orientação dos mesmos, através do uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG).

## **5. Mobilidades residencial e pendular na RMBH**

Seguindo a tendência da urbanização das cidades brasileiras a metrópole mineira não foge do padrão centro-periferia de orientação dos fluxos migratórios. Os resultados mostraram que 85,49% dos migrantes<sup>8</sup> pendulares<sup>9</sup> que residiam na RMBH tinham como destino preferencial para trabalhar a capital mineira em 2010 (tabelas 1 e 2). Como visto no Mapa 1, a proximidade geográfica destes municípios, e a presença de redes técnicas de articulação territorial, as rodovias, constituem como elementos tão relevantes para a orientação destes fluxos quanto a disponibilidade de empregos em Belo Horizonte. Este resultado também reafirma a centralidade de Belo Horizonte em detrimento aos demais municípios da região.

**Tabela 1 - Emigrantes\* dos municípios da RM de Belo Horizonte no âmbito intrametropolitano que fizeram movimento pendular em 2010 na região**

Município de residência dos pendulares	Número de emigrantes pendulares (Absoluto)	Percentual de emigrantes pendulares (%)
Ribeirão das Neves	10.542	22,08
Contagem	8.988	18,83
Ibirité	4.763	9,98
Vespasiano	4.007	8,39
continua		
Santa Luzia	3.626	7,6
Sabará	3.321	6,96
Betim	2.994	6,27
Nova Lima	2.702	5,66
Esmeraldas	1.791	3,75
Lagoa Santa	1.349	2,83
Sarzedo	1.108	2,32

<sup>8</sup> Considerou-se a população migrante de última etapa que saiu de BH entre os anos 2000 e 2010

<sup>9</sup> O deslocamento diário de pessoas que saem do local de residência para a realização de tarefas cotidianas como estudo ou trabalho em outros municípios caracteriza-se como mobilidade pendular. A figura do pêndulo remete a um objeto que se movimenta de um ponto a outro, de acordo com um ritmo, fazendo um movimento de vai e vem. Movimento o qual se assimila ao cotidiano dos cidadãos que residem nas metrópoles, sendo o cidadão o elemento móvel desta figuração e as cidades os elementos fixos.

A pendularidade também pode ser entendida por mobilidade populacional intra-urbana sendo mais intensa nas regiões com maior densidade populacional, é um processo relacionado à dimensão da organização urbana e distribuição das atividades econômicas (ÁNTICO, 2005, p. 110). Intraurbana por ocorrer usualmente em aglomerações urbanas, porém, na lógica brasileira trata-se de um movimento intermunicipal diário que ocorre comumente nas regiões metropolitanas. Na literatura também encontra-se o termo *commuting* que expressa, em um sentido mais amplo, a relação que as cidades estabelecem, pois implica na troca cotidiana de trabalhadores, consumidores e dinheiro (MARANDOLA; OJIMA 2014, p. 185). Assim, numa região existem cidades que atraem os pendulares trabalhadores e funcionam como um polo de empregos, e aquelas que mais expulsam sua população, o que indica uma fraqueza econômica.

outros	2.550	5,34
Total	47.741	100

\*Considerou-se a população migrante de última etapa que saiu de BH entre os anos 2000 e 2010  
 Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), Bases Cartográficas. Organizado e elaborado pela autora

Do total dos emigrantes de Belo Horizonte entre os anos 2000 e 2010, que realizaram movimentos pendulares por motivo de trabalho rumo à capital mineira em 2010 a maioria, residia em Ribeirão das Neves (23,35%), seguida de Contagem, (19,72%); Vespasiano (9,07%); Ibirité (8,87%); Santa Luzia (8,24%); Sabará (7,69%); Nova Lima (5,85%) e Betim (5,28%) (tabela 2). Todos os municípios citados são parte da conurbação metropolitana da região. Estes resultados evidenciam a relação paradoxal entre a centralidade de Belo Horizonte e a descentralização residencial da capital já antecipadas por Lobo e outros (2015). A assimetria dos usos e funções do espaço metropolitano da região é notável, pois mesmo existindo uma articulação espacial destes municípios com Belo Horizonte via acesso rodoviário, dada inclusive a proximidade, o vínculo empregatício da população com a capital se mantém. Afinal, se por um lado há uma ruptura da população por ter se deslocado para morar na região circunvizinha da capital, há o deslocamento rumo a ela para se trabalhar.

**Tabela 2 - Emigrantes \*de Belo Horizonte que fizeram movimento pendular para Belo Horizonte em 2010**

Município de residência dos pendulares	Número de emigrantes pendulares (Absoluto)	Percentual de emigrantes pendulares (%)
Ribeirão das Neves	9.530	23,35
Contagem	8.049	19,72
Vespasiano	3.700	9,07
Ibirité	3.622	8,87
continua		
Santa Luzia	3.364	8,24
Sabará	3.137	7,69
Nova Lima	2.387	5,85
Betim	2.153	5,28
Esmeraldas	1.325	3,25

Lagoa Santa	1.118	2,74
Sarzedo	661	1,62
São José da Lapa	436	1,07
outros	1.332	3,27
<b>Total</b>	<b>40.814</b>	<b>100</b>

\*Considerou-se a população migrante de última etapa que saiu de BH entre os anos 2000 e 2010  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), Bases Cartográficas. Organizado e elaborado pela autora

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas regiões urbanas as cidades mantêm relações diversas devido às suas diferenças funcionais, morfológicas, materiais e subjetivas. Sendo os processos presentes no espaço urbano, também identificados nas Regiões Metropolitanas faz-se necessário o estudo dos fenômenos intra-metropolitanos, dentre eles a mobilidade pendular, que se apresenta como um elemento que evidencia as relações cotidianas dos indivíduos metropolitanos com os espaços de moradia, estudo e trabalho. Diferenciando-se da migração intrametropolitana, a mobilidade pendular intrametropolitana possui o fator de retorno. Estes deslocamentos também ocorrem na RMBH.

Pensando na dinâmica intrametropolitana, foi objeto de discussão deste artigo a correlação entre os movimentos migratórios, como um Proxy da mobilidade residencial, e a mobilidade pendular que associadas permitem a visualização dos fluxos internos da RMBH, evidenciando problemas os quais a Geografia Urbana se debruça a tempos. Desta maneira foram retomados e atualizados os conceitos de *mobilidade residencial*, *pendularidade*, *migração cidade dormitório*, *centro*, e *periferia*.

Reforça-se aqui, as possibilidades de análises espaciais, no âmbito dos estudos urbanos, utilizando o Censo Demográfico de 2010. No âmbito da metrópole mineira os resultados apresentados mostraram que dos 47.741 dos emigrantes de última etapa, 40.814 deixaram a capital e foram em grande medida para municípios conurbados. Destes 85,49% fazem movimento pendular para Belo Horizonte por motivo de trabalho.

Os municípios que mais se destacaram de acordo com a finalidade de demonstrar a dissociação entre lugar de morar e lugar de trabalho foram Ribeirão das Neves, com 23,35%; Contagem com 19,72%; Vespasiano 9,07%; Ibirité 8,87%; Santa Luzia 8,24%; Sabará 7,69%; Nova Lima com 5,85%; e Betim 5,28%. Os resultados, assim como o esperado, mostraram a

dissociação entre o espaço de moradia e de trabalho, dado pela mobilidade residencial entre os anos de 2000 e 2010 na RMBH.

## REFERÊNCIAS

ALVIM, Ana Márcia Moreira. **Análise da rede urbana de Minas Gerais: a partir dos fluxos migratórios**. 2009.(Tese Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia: Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial\\_AlvimAM\\_1.pd](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_AlvimAM_1.pd)>. Acesso em: 25/09/2016.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 14, DE 8 DE JUNHO DE 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp14.htm) Acesso em: 20 de ago. 2016

BREVE HISTÓRICO da **Gestão Metropolitana da RMBH**. [S.l.] Plano Metropolitano. Disponível em: <<http://www.rmbh.org.br/pt-br/content/rmbh>> Acesso em: 20 de ago. 2016

CANETTIERI, T.. Uma nova segregação metropolitana: as periferias fractais – evidências encontradas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Local de publicação, 17, ago. 2015. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/4949>. Acesso em: 10 setembro de 2016.

CANETTIERI, **Thiago**; FERNANDES, **Duval Magalhães**. Dinâmica migratória dos pobres na região metropolita de Belo Horizonte: produção da periferia metropolitana. **Confins** ,n. 26, 2016. 21 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://confins.revues.org/10717>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

DINIZ, Gabriela. **Movimentos migratórios e pendulares por motivo de trabalho, da população residente nos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, a partir dos dados do censo demográfico de 2010**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <[http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg\\_ConstItem.html](http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConstItem.html)>. Acesso em: 04 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Banco de dados agregados. **Nível territorial: região metropolitana e subdivisão**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio> Acesso em: 20 de ago. 2016

LOBO, Carlos et al . Expanded commuting in the metropolitan region of Belo Horizonte: evidence for reverse commuting. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo , v. 32, n. 2, p. 219-233, ago. 2015 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982015000200219&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982015000200219&lng=en&nrm=iso) . Acessado em de 10 agosto de 2016.

MARANDOLA Jr., Eduardo; OJIMA, Ricardo. Pendularidade e vulnerabilidade na Região Metropolitana de Campinas: repercussões na estrutura e no habitar urbano. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**. v.16, n.2, p.185-204, nov. 2014. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/4750/4656>. Acesso em: 28 de jun. 2016.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – UFRJ: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/lab-urb/wp-content/uploads/2013/11/tese-jupira.pdf> .Acesso em: 28 de jun. 2016.

MINAS GERAIS. [Constituição (1989)] Constituição do Estado de Minas Gerais. — 16. ed. — Belo Horizonte : Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf> .Acesso em: 20 de ago. 2016

MINAS GERAIS. Emenda à Constituição nº 65 de 25/11/2004 Altera os arts. 42 a 50 da Constituição do Estado. Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: [http://www.urbano.mg.gov.br/images/documentos/emenda\\_const\\_65.pdf](http://www.urbano.mg.gov.br/images/documentos/emenda_const_65.pdf) .Acesso em: 20 de ago. 2016

MOURA, Rosa; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo , v. 19, n. 4, p. 121-133, dez. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392005000400008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400008&lng=en&nrm=iso) .Acesso em: 28de jun 2016.

PUJADAS, Joan J. Itinerarios metropolitanos: policentrismo, movilidad y trayectorias personales en la ciudad porosa. **W revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales** Universidad de Barcelona v. 17, n. 968, 25 de mar de 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-968.htm> . Acesso em: 26 de jun. 2016

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação residencial e segmentação social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. **Cadernos metrópole**, n. 13, p. 47-70, 1 sem. 2005

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015. P. 155-167.